

Ecoturismo: Potencialidades e Limitações Ambientais do Município de São José dos Ausentes, RS

Revista Rosa dos Ventos
7(2) 288-301, abr-jun, 2015
© O(s) Autor(es) 2015
ISSN: 2178-9061

Associada ao:
Programa de Pós-Graduação em
Turismo e Hospitalidade

Hospedada em:
<http://ucs.br/revistarosadosventos>



*Verônica Casagrande*¹, *Vania Elisabete Schneider*², *Gisele Cemin*³,
*Taison Anderson Bortolin*⁴

RESUMO

O Turismo apresenta índices de crescimento no contexto econômico mundial, sendo o ecoturismo um dos segmento de maior desenvolvimento. O ecoturismo é contemplado no turismo rural, apresentando como vantagem incremento dos rendimentos nas propriedades rurais e a redução do êxodo rural pela geração de emprego e renda. Da mesma forma que para outras atividades, os impactos socioambientais do ecoturismo também devem ser avaliados, como o aumento da geração de resíduos em períodos específicos e a descaracterização do meio para a instalação de novas estruturas. Neste contexto, são apresentados os aspectos ambientais de São José dos Ausentes, no Rio Grande do Sul, e o desenvolvimento do ecoturismo no local, destacando as potencialidades e as fragilidades ambientais a serem observadas e consideradas na fase de planejamento das atividades no município. A opção pela aplicação do estudo neste município provém da potencialidade turística em contraponto às atuais ações antrópicas impactantes que vem ocorrendo na região.

Palavras-chave: Turismo Rural. Ecoturismo. Planejamento ambiental. Impactos ambientais. São José dos Ausentes, RS.

¹ **Verônica Casagrande** - Mestra em Engenharia e Ciências Ambientais e graduada em Engenharia Ambiental, ambos pela UCS. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: vcasagr2@ucs.br

² **Vania Elisabete Schneider** - Doutor. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: veschnei@ucs.br

³ **Gisele Cemin** - Doutoranda em Sensoriamento Remoto pela UFRGS. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: gcemin@ucs.br

⁴ **Taison Anderson Bortolin** - Mestre e Doutorando em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Professor da Universidade de Caxias do Sul. E-mail: tabortol@ucs.br

ABSTRACT

Ecotourism: Potential and Environmental Limitations in São José dos Ausentes, Brazil - Tourism has the highest growth rates in the world economic context, and the ecotourism segment of further development. The ecotourism is contemplated in rural tourism, having as main advantage the increase in the income of landowners. As a benefit of this model, it can be highlighted the contribution to the reduction of the rural exodus, with the expansion employment and income generation. The same way as for other activities, the social and environmental impacts of ecotourism should also be evaluated, such as increased waste generation in specific periods and the mischaracterization of the medium for the installation of new structures. In this context, the environmental aspects of São José dos Ausentes and the development of ecotourism at the site are presented, highlighting the strengths and weaknesses environmental, to be observed and considered in the planning phase of ecotourism activities in the municipality. The option of study for this municipality comes from the tourism potential and current anthropogenic impactful actions occurring in the region.

Keywords: Rural Tourism. Ecotourism. Environmental Planning. Environmental Impacts. São José dos Ausentes, Brazil.

INTRODUÇÃO

O conceito de ecoturismo surgiu da relação entre os turistas, o meio ambiente e as culturas de determinados locais, sendo considerado como um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (Embratur, 1994). O aumento do interesse e procura por esta modalidade turística, aliado à falta de planejamento e controle das atividades subjacentes, tem tornado as situações de impactos ambientais negativos recorrentes nos ecossistemas expostos ao turismo. Estudos do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, referentes ao ano de 2013, indicam que o setor contribuiu com 9,5% para a economia global (Ministério do Turismo, 2014a), sendo que o Brasil ocupa o sexto lugar entre as economias do turismo, no mundo. Segundo estimativas do mesmo Ministério e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 o turismo contribuiu com 3,7% do PIB brasileiro, gerando cerca de US\$ 76,1 bilhões. De acordo com dados da Organização Mundial de Turismo (OMT), o ecoturismo é o segmento turístico que mais cresce, com taxas de crescimento entre 15 e 25% ao ano (Ministério do Turismo, 2014a). A Organização Mundial de Turismo (OMT), através do Fórum Econômico Mundial, também aponta que o Brasil encontra-se no primeiro lugar do ranking, quando consideradas as belezas naturais.

Contemplado com as atividades de ecoturismo, o turismo rural apresenta como vantagem o incremento nos rendimentos nas propriedades rurais. Ao turismo rural pode ser relacionada a função indutora da conservação, pois incentiva e até mesmo possibilita a conservação, manutenção e valorização do patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado, podendo também proporcionar benefícios à população local, com melhorias na infraestrutura e nos serviços oferecidos, além da criação de mercado para os produtos agrícolas, com referência geográfica (Lima Filho *et al.*, 2004). Como benefício dessa modalidade, o ecoturismo também contribui para a redução do êxodo rural, pois favorece a ampliação da geração de emprego e renda. No entanto, para serem desenvolvidas de forma adequada, as atividades de ecoturismo devem considerar as diretrizes das políticas públicas de turismo no Brasil, que são fundamentadas nos

princípios da sustentabilidade, norteadas pela Constituição Federal (1988). Esta última reserva a todos o direito ao meio ambiente, impondo ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo às futuras gerações.

Ao poder público incumbe, ainda, a responsabilidade de estabelecer instrumentos legais para a proteção e conservação dos recursos naturais e o seu uso racional. A política pública específica desta temática, vigente no Brasil, é a Política Nacional de Turismo (Lei Federal nº 11.771/2008), que estabelece como um de seus objetivos a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto, compatíveis com a conservação ambiental. Os impactos socioambientais do ecoturismo, da mesma forma que para outras atividades, devem ser avaliados. Dentre estes, enfatiza-se: o aumento da geração de resíduos sólidos e efluentes domésticos em períodos específicos; e a descaracterização do meio para a instalação de estruturas que atendam aos turistas. Esses impactos devem ser previstos antecipadamente, na etapa de planejamento de tais atividades, com o intuito de minimizá-los e de preservar o objetivo do ecoturismo que, de acordo com as definições do Ministério do Turismo (2014b), seria o segmento que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

O presente estudo objetiva apresentar e discutir os fatores ambientais do município de São José dos Ausentes, localizado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na ecorregião denominada Campos de Cima da Serra, um *hotspot* de campos de altitude, inserido no domínio da Mata Atlântica. Avaliam-se ainda, os aspectos relacionados ao desenvolvimento do ecoturismo no local, com o intuito de indicar as potencialidades e as fragilidades ambientais, que devem ser consideradas na fase de planejamento das atividades de ecoturismo. A opção pelo estudo desenvolvido neste município provém da potencialidade turística e das atuais ações antrópicas relacionadas ao uso e ocupação do solo, que vem ocorrendo na região de localização do mesmo.

METODOLOGIA

Para o levantamento das informações referentes aos atrativos turísticos do município de São José dos Ausentes, principalmente relativos ao patrimônio natural, foram consultados materiais de fácil acesso aos turistas, disponíveis em diferentes meios de comunicação, como por exemplo, as páginas *on line* 'Rota Campos de Cima da Serra' (2014), 'Visite Ausentes' (2014) e da Prefeitura Municipal (2014). Informações obtidas diretamente junto à equipe técnica municipal também foram consideradas, bem como as obtidas em visitas a campo. A caracterização ambiental fundamentou-se nos dados de uso e cobertura do solo, que constituem elementos básicos para retratar as atividades econômicas que podem indicar pressões e impactos sobre os elementos naturais do município. O mapa de uso e cobertura do solo baseou-se na classificação supervisionada [Máxima Verossimilhança] da imagem de satélite ETM+/Landsat 5, de 7 de janeiro de 2009, partindo do registro/georreferenciamento, seguido pela interpretação visual de forma, textura, tonalidade/cor e comportamento espectral das unidades que compõem a paisagem. Posteriormente foram definidas as classes de uso e cobertura do solo.

Para a análise dos riscos aos fragmentos florestais, também abordada neste trabalho, utilizou-se como ferramenta de geoprocessamento o software Idrisi. Como resultado obteve-se o mapa de riscos aos fragmentos florestais, a partir do qual foi considerada a proximidade dos fragmentos florestais em relação às estradas. Para a análise foram definidas três classes de riscos: risco maior (até 500 metros das estradas); risco intermediário (de 500 a 1.000 metros de distância) e risco menor (mais de 1.000 metros). As potencialidades locais e as indicações dos impactos ambientais oriundos

das ações antrópicas no município foram obtidas através de aspectos observados e registros *in loco*, bem como da análise documental. Para a identificação e hierarquização dos impactos, utilizou-se como metodologia a aplicação da Matriz de Leopold modificada, que inclui a avaliação dos impactos ambientais, os efeitos destes ao meio ambiente, a avaliação da importância de cada efeito e a combinação da importância e da magnitude destes impactos. A importância refere-se à relevância e a magnitude, ao grau do impacto (Estados Unidos, 1979). No Quadro 1 são descritas as etapas desenvolvidas para a obtenção da Matriz.

Quadro 1 – Etapas de desenvolvimento da Matriz de Leopold modificada.

ETAPAS	DESCRIÇÃO
1ª Etapa – Identificação das ações impactantes	Compilação de informações obtidas no levantamento dos impactos ambientais identificados no município.
2ª Etapa – Estruturação do quadro de ações impactantes	Sistematização dos resultados da 1ª Etapa em um quadro, o qual apresenta a relação entre as informações das ações impactantes e os aspectos ambientais.
3ª Etapa – Pontuação das ações impactantes - Magnitude	Pontuação das ações considerando sua magnitude, ou seja, a grandeza de cada impacto ambiental (Serviço de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, 1978). Utilizou-se a escala de 1 a 5, onde, quanto maior o número, maior o grau do impacto. Esta pontuação foi realizada por uma equipe técnica avaliadora.
4ª Etapa – Avaliação dos resultados da 3ª Etapa - Importância	Avaliação dos resultados da 3ª Etapa através da comparação de impactos em pares, sendo atribuído o valor 1 para o mais significativo (menos desejado) e 0 para o menos significativo. Esta avaliação foi realizada por representantes do município de São José dos Ausentes.

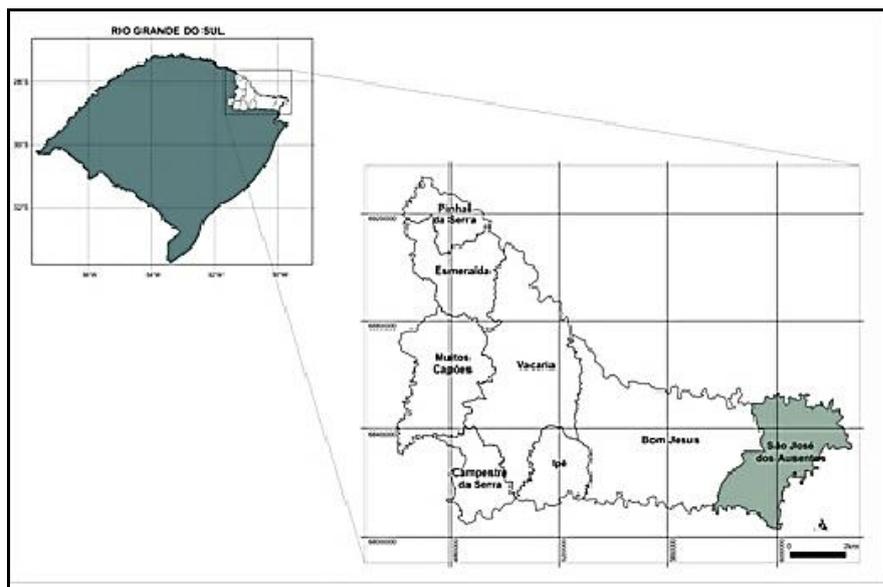
Fonte: Os Autores

Com a aplicação deste método foram obtidas informações específicas relativas aos impactos ambientais identificados, favorecendo a relação com o desenvolvimento do ecoturismo no município. Ressalta-se que este estudo foi realizado durante o desenvolvimento do Plano Ambiental Municipal, o qual possibilitou subsídios para a tomada de decisão quanto à vocação turística local e suas potencialidades de desenvolvimento.

ECOTURISMO EM SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

O município de São José dos Ausentes está localizado na região dos Campos de Cima da Serra, mesorregião nordeste do estado do Rio Grande do Sul, limitado ao sul pelos municípios de Cambará do Sul e Jaquirana, ao norte pelos municípios de São Joaquim e Bom Jardim da Serra, ao Leste por Nova Veneza, Morro Grande e Timbé do Sul, e a oeste pelo município de Bom Jesus. A localização do município em relação ao Estado e à unidade de planejamento [Corede Campos de Cima da Serra], a qual é composta por dez municípios, está apresentada na Fig.1.

Figura 1 - Localização do Município de São José dos Ausentes no Corede Campos de Cima da Serra.



Elaborado por: Geise Macedo dos Santos.

O município possui aproximadamente 1.174 km² de extensão territorial, dos quais 1.172,3 km² constituem a área rural e os 4,7 km² restantes são delimitados como perímetro urbano (IBGE, 2010). A população totaliza 3.290 habitantes, dos quais 2.062 residem na área urbana e 1.228 na área rural. A taxa de urbanização, no ano de 2010, foi de 62,7 % (FEE, 2010). Cabe ressaltar que são apresentadas informações referentes ao ano de 2010, por este constituir o ano original de desenvolvimento do estudo. São José dos Ausentes passou por um processo longo e gradativo de expansão, principalmente no que se refere à dinâmica econômica da atividade agropecuária, que obteve seu auge quando intensificou a exploração da mata nativa para a extração da madeira. No decorrer dos anos, com a redução dessa atividade, a região passou por um processo de redução populacional, remanescendo pequenos núcleos comunitários isolados, nos quais há potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, devido ao patrimônio natural encontrado na área do município.

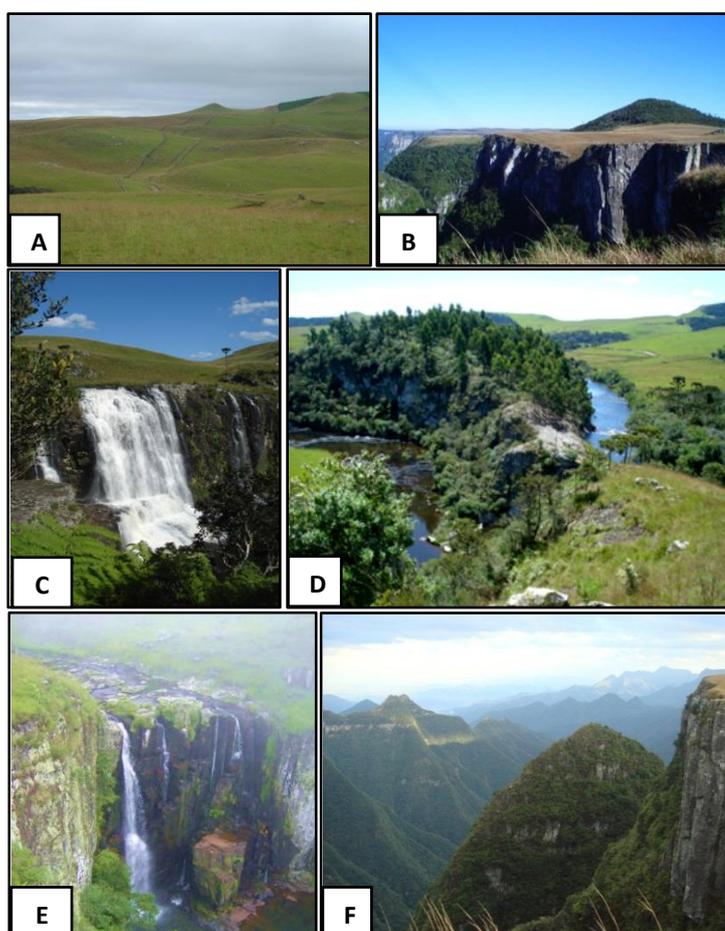
O potencial turístico de São José dos Ausentes está voltado às suas belezas naturais, devido às características físico-geográficas de grande singularidade e também ao inverno rigoroso, que atrai turistas em busca de temperaturas baixas, geadas, neve e a típica cerração. O patrimônio natural do município está associado à formação geológica, à geomorfologia e às formações vegetais associadas ao domínio da Mata Atlântica, consorciada com a Mata da Araucária e os campos de altitude, aos recursos hídricos e à paisagem resultante, que oferece cenários únicos de rara beleza e composição cênica única. Historicamente, o território do município também integrou as rotas comerciais de tropeiros que as utilizavam para conduzir o gado e o charque produzido na região do pampa. Os registros destas atividades fazem parte do patrimônio histórico do município e constituem-se igualmente, em atrativos turísticos únicos a serem explorados.

O turismo rural também é uma das atividades atrativas do município, devido à cultura local baseada nas atividades do produtor rural. Os estabelecimentos disponibilizados aos turistas, geralmente situam-se em propriedades rústicas adaptadas, gerenciadas pelos próprios proprietários rurais, as quais foram transformadas em pousadas no decorrer dos anos. Em 2007, foram contabilizados 500 leitos disponíveis em pousadas (PET-Geografia UFRGS, 2007). Os materiais que se referem ao turismo no município evidenciam, segundo Boeira (2005), que São José dos Ausentes consiste em um extraordinário, exuberante e intransferível destino turístico, com atrativos diversos, onde se

destacam: montanhas, rochedos, cânions, cachoeiras, hectares de matas de araucárias preservadas, além da simplicidade e hospitalidade da população ausentina.

Dentre os pontos turísticos em São José dos Ausentes destacam-se: Mangueirão de Pedra do Chapadão (Figura 2A), construído no ciclo do tropeirismo, sendo uma das construções mais antigas do Estado; o Pico do Monte Negro (Figura 2B), que consiste no ponto de maior altitude do Estado do Rio Grande do Sul, com 1.403 metros de altitude; o Cachoeirão dos Rodrigues (Figura 2C); o desnível dos rios Divisa e Silveira (Figura 2D); a Cascata do Perau Branco (Figura 2E), queda de aproximadamente 30 metros de altura, dentre outros cenários resultantes da formação geológica da região. Destaque especial neste aspecto, para os Cânions que bordeiam os limites do município, na região leste (Figura 2F).

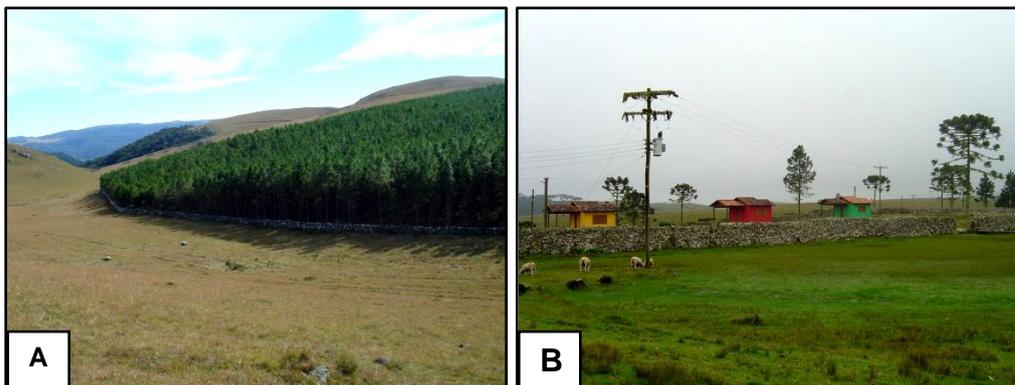
Figura 2 – Pontos turísticos de São José dos Ausentes.



Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010), fotos A, C, D, F; Rio Grande do Sul (2014), foto B; Sheidt (2013), foto E.

Além do Mangueirão da Pedra do Chapadão, outros mangueirões são encontrados na paisagem local. Estes caminhos de pedras, construídos manualmente, serviam para dividir as estâncias e para delimitar o caminho para a condução do gado. Atualmente, os mangueirões integram estruturas das atividades econômicas, como por exemplo, demarcam áreas de plantio e estão entre as estruturas de divisão das pousadas na área rural (Figura 3A e 3B).

Figura 3 – Mangueirões que compõem a paisagem e atividades no município.



Fonte: Vania Elisabete Schneider (2008).

Atualmente, existem propostas de projetos a serem implementados no município, que ampliarão a possibilidade de desenvolvimento do ecoturismo. Dentre os projetos destacam-se: o Corredor Ecológico, que consiste na implantação de uma unidade de conservação de proteção integral, na categoria de refúgio de vida silvestre; e o Geoparque Caminhos dos Cânions no Sul, que abrange duas unidades de conservação federais, os parques nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, e promove a geoconservação, através de atividades de turismo e educação ambiental.

FATORES AMBIENTAIS

Prochnow (2005) aponta que a região onde São José dos Ausentes está localizada é enquadrada na área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, sendo considerada como um dos biomas mais ricos em endemismos e espécies e, sabidamente, um dos mais ameaçados do planeta, demonstrando a real necessidade de preservação ambiental. Um aspecto importante a ser avaliado para a caracterização da área e identificação de suas potencialidades é o uso e cobertura do solo, que retrata as atividades econômicas desenvolvidas no município, as quais podem refletir em pressões e impactos sobre os elementos naturais. Na Tabela 1 são apresentados os usos ou a cobertura do solo na totalidade do território municipal, juntamente com seus respectivos percentuais de representatividade.

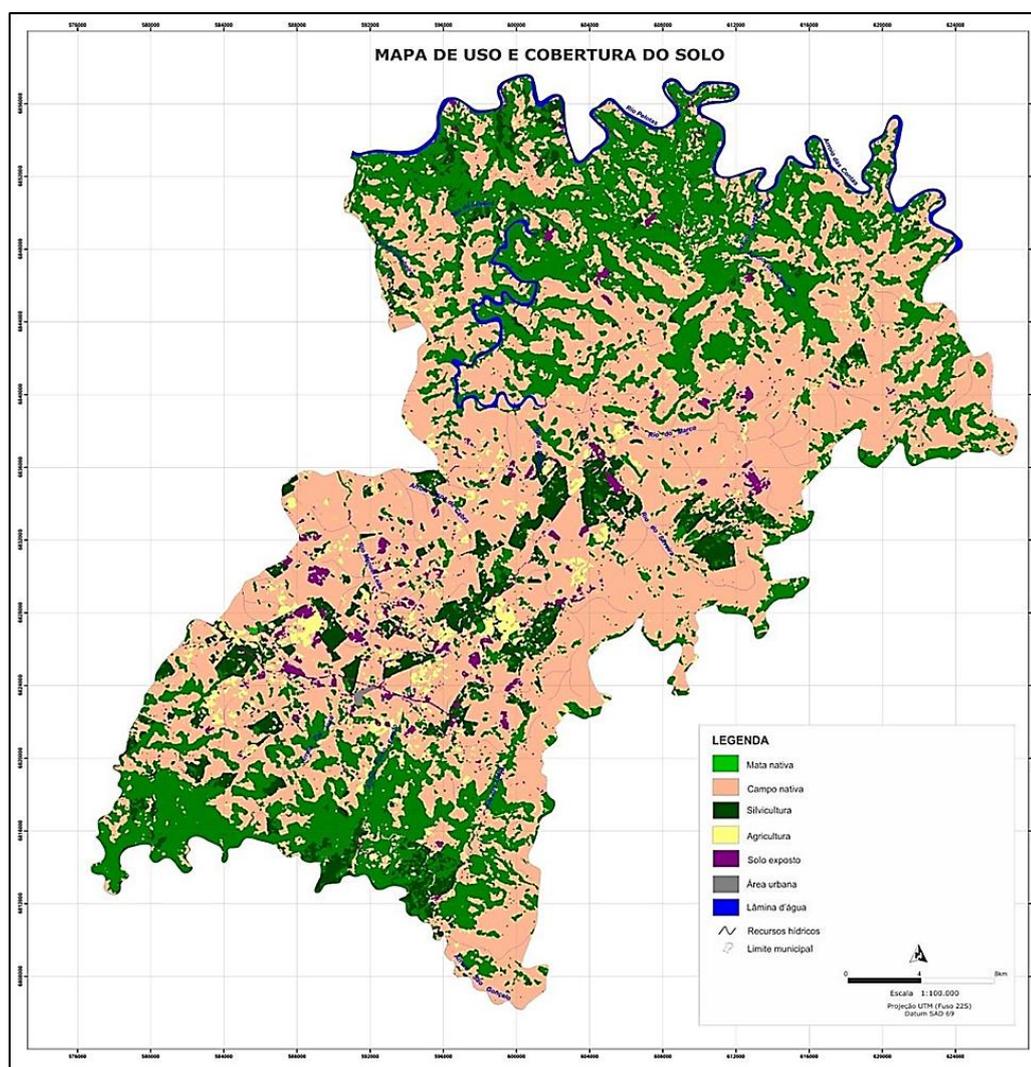
Tabela 1 - Dados de uso e cobertura do solo no município de São José dos Ausentes.

CLASSE DE USO DO SOLO	ÁREA (km ²)	%
Campo nativo	640,48	54,42
Mata nativa	387,55	32,93
Silvicultura	79,13	6,72
Agricultura	39,79	3,38
Solo exposto	28,82	2,45
Área urbana	0,53	0,05
Água	0,70	0,06
TOTAL	1.177,00	100

Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010).

Conforme os dados apresentados, aproximadamente 54 % da área municipal é constituída por campo nativo, representado pela Estepe Gramíneo-Lenhosa com mata de galeria, estando distribuída, assim como a mata nativa, por grande parte da extensão do município. Os campos nativos agregam beleza à paisagem do município, permitindo observar com clareza, desde uma distância considerável, as formas suaves a onduladas do relevo. A segunda composição mais representativa é a de mata nativa, que é encontrada em aproximadamente 33 % da paisagem de São José dos Ausentes, e é representada pela Floresta Ombrófila Mista. A mata nativa está distribuída ao longo de toda a área municipal na forma de fragmentos (capões) e mata de galeria, com a presença de *Araucária angustifolia* (pinheiro brasileiro), característica da região dos Campos de Cima da Serra. A Figura 4 apresenta a representação das informações da Tabela 1 e possibilita a visualização especializada dos usos e cobertura do solo do município.

Figura 4 - Mapa de uso e cobertura do solo de São José dos Ausentes.



Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010).

A beleza natural de São José dos Ausentes encontra-se ameaçada pelos plantios desenfreados das monoculturas de *Pinus elliotti* e batata-inglesa (Figura 5A). Estas áreas antrópicas representam aproximadamente 13% da área do município, no entanto, existem diversos projetos de ampliação destas monoculturas, que paulatinamente vem se expandindo e modificando esteticamente a paisagem. É comum visualizar, no período do preparo do campo para os plantios de batata-inglesa, o verde da paisagem campestre a ser substituído pela cor escura do solo (Figura 5B), decorrente da

degradação superficial de matéria orgânica (húmos). O impacto paisagístico desses cultivos, bem como os impactos sociais decorrentes da migração dos produtores de batatas em períodos de colheitas, preocupam as comunidades locais e despertam, nos turistas que visitam estes locais há mais tempo, certo desconforto visual quanto à paisagem esperada e a paisagem encontrada. Este fato tem gerado discussões e manifestações de preservacionistas e do segmento turístico local, os quais se veem prejudicados por estas mudanças e exigem medidas de contenção e controle da expansão da atividade agrícola. Outro aspecto perceptível é o efeito sobre a qualidade das águas da região, caracterizada pelas nascentes e tributários dos rios Taquari-Antas e Pelotas que acabam recebendo tanto cargas antrópicas, provenientes da aplicação de agroquímicos (Figura 5C), quanto cargas orgânicas, de dejetos utilizados para nutrir o solo.

Figura 5 – Uso de agroquímicos e cultivos de *Pinus elliotti* e batata-inglesa.



Fonte: Vania Elisabete Schneider (2008).

Os riscos aos fragmentos florestais [Floresta Ombrófila Mista] foram divididos em três classes: risco maior (até 500 metros das estradas); risco intermediário (de 500 a 1.000 metros de distância) e risco menor (mais de 1.000 metros). A Tabela 2 apresenta os resultados obtidos com esta classificação, enquanto que o mapa de riscos aos fragmentos florestais consta na Figura 6.

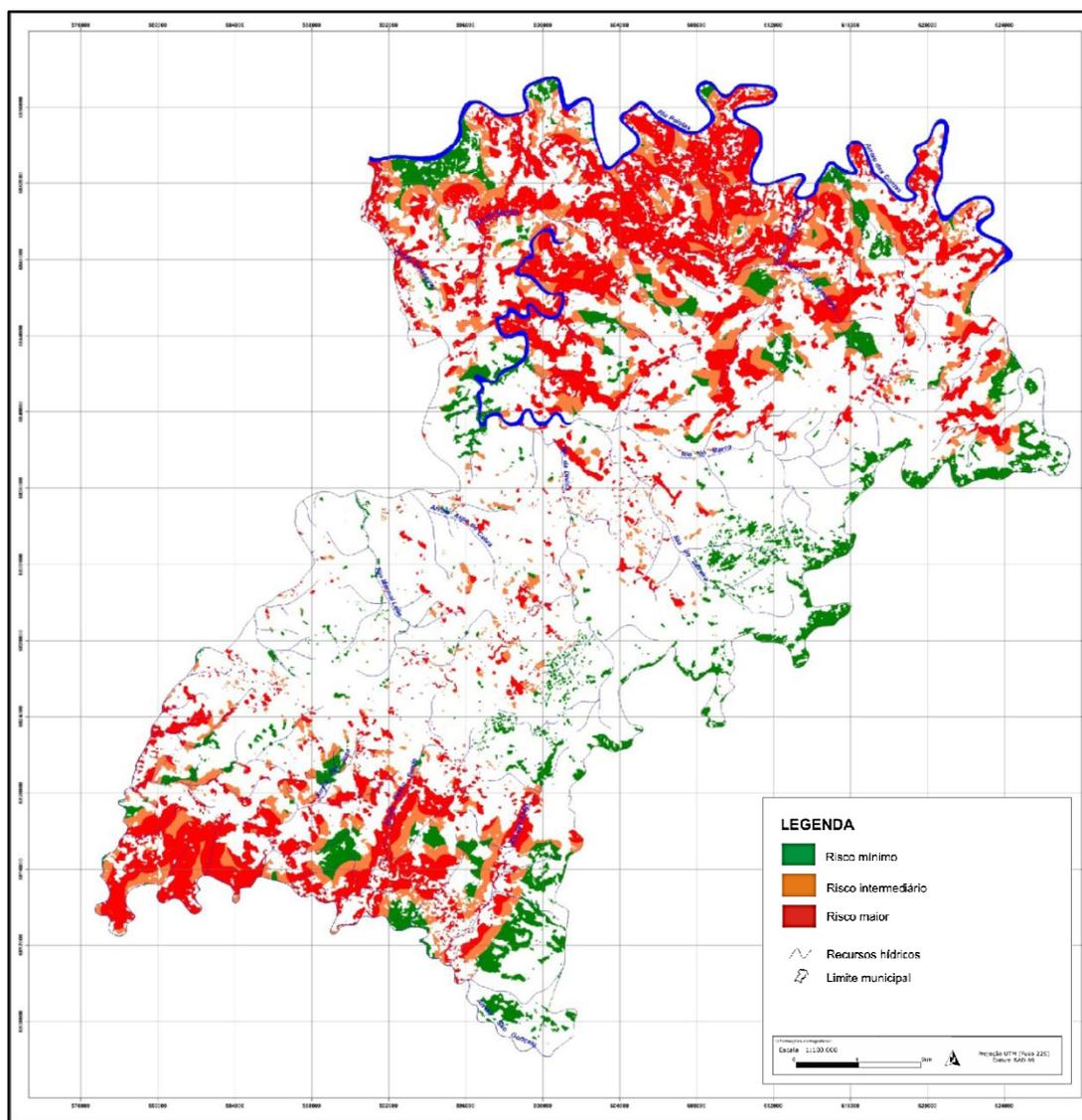
Tabela 2 – Classificação dos riscos aos fragmentos florestais.

RISCOS AOS FRAGMENTOS DE MATA	ÁREA (km ²)	%
Risco menor	81,44	21,01
Risco intermediário	101,48	26,19

Risco maior	204,63	52,8
TOTAL	387,55	100

Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010).

Figura 6 – Mapa de riscos aos fragmentos florestais.



Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010).

A alta densidade de estradas também pode ser considerada como um aspecto negativo, visto que pode influenciar a conservação da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental, uma vez que aumenta a probabilidade de atropelamentos da fauna, favorece o acesso às áreas naturais, facilitando a coleta de plantas e animais, e a entrada de poluentes, da mesma forma que favorece o processo erosivo no leito das estradas, principalmente em terrenos íngremes, que são comuns na região (Missio, 2003), além de interromper o fluxo gênico. Da mesma forma que as monoculturas mencionadas anteriormente, a rede viária vem sendo expandida, na medida em que avançam para o interior os plantios agrícolas. Na Tabela 2 são apresentadas as ações impactantes resultantes das

atividades desenvolvidas no território municipal, as quais foram identificadas e classificadas por ordem de importância, conforme prioridade de medidas mitigatórias apontadas no Plano Ambiental Municipal utilizando-se a Matriz de Leopold modificada.

Tabela 2 - Ações impactantes identificadas e avaliadas no município de São José dos Ausentes.

AÇÃO IMPACTANTE	CLASSIFICAÇÃO
Ausência de zoneamento ecológico-econômico	1
Deficiência no saneamento básico	2
Uso de agroquímicos	3
Ausência de zoneamento urbano	4
Ausência de saneamento básico no meio rural	5
Corte de vegetação nativa	6
Mineração	7
Queimadas	8
Caça/pesca	9

Fonte: Instituto de Saneamento Ambiental (2010).

A ausência do Zoneamento Ecológico-Econômico, tanto para a área rural como para a urbana, resulta no uso do solo desregrado, o que suscita diversos impactos ambientais. A falta deste zoneamento permite a ocupação de Áreas de Preservação Permanente com cultivos, descaracterizando as paisagens de campo e capões da região, fato que compromete diretamente o potencial turístico do município. Dentre as demais ações impactantes, evidencia-se a questão da influência do turismo no saneamento rural e no corte de vegetação nativa, aspectos que geram impactos a partir do aumento da geração de efluentes domésticos e resíduos sólidos, e consumo de água, nos períodos de preferências dos turistas. O corte de vegetação e as intervenções ambientais ocorrem para ampliação e implantação de novas estruturas, por parte dos proprietários rurais.

A transição de turismo para o turismo sustentável é uma tarefa gradativa a ser empreendida. A ideia de progresso da atividade turística associada à noção de crescimento econômico pode sugerir a compreensão do turismo como se fosse um setor em ascensão. Para se reverter esse entendimento, tenta-se atrelar o turismo às diversas dimensões da sustentabilidade, tais como: a social, a econômica, a histórico-cultural, a ambiental, a espacial e a político institucional (Delamaro *et al.*, 2007). Para que os impactos desse segmento possam ser evitados ou minimizados, torna-se necessária uma ação conjunta entre o poder público e a população local. O poder público deve promover a implementação dos programas, projetos e ações, indicados no Plano Ambiental Municipal (Instituto de Saneamento Ambiental, 2010), da mesma forma que estabelecer uma rede de fiscalização efetiva, orientando e incentivando a regularização das atividades desenvolvidas no município. Ressalta-se a importância do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Ambiental, pois se trata do resultado do processo de planejamento municipal, o qual considera as

peculiaridades do município e a legislação vigente, bem como a mobilização social em torno do planejamento. A população, por sua vez, possui o papel de aderir aos projetos e ações promovidos pelo órgão público, de forma a adequar suas atividades, facilitar a fiscalização e buscar soluções adequadas aos impactos ambientais inevitáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os estudos desenvolvidos no município de São José dos Ausentes apontaram que a expansão das atividades agrossilvopastoris deve ser controlada e planejada, devendo haver o gerenciamento dos empreendimentos turísticos a partir das limitações e potencialidades do município, a fim de compatibilizar a preservação ambiental e a abertura de acessos e novas alternativas de rotas turísticas, da mesma forma que novos estabelecimentos, preservando o patrimônio paisagístico local, configurado pela própria expressão que os denomina Campos de Cima da Serra. O ecoturismo é uma atividade importante para o município de São José dos Ausentes, pois pode conciliar seu valor histórico e suas belezas naturais com atividades que fortaleçam e mantenham o desenvolvimento ambiental e econômico local. Entretanto, para que novos estabelecimentos turísticos sejam viabilizados, entende-se a necessidade de planejamento, no sentido de considerar os instrumentos municipais já consolidados como ferramentas de gestão, para a indicação dos locais apropriados a estas atividades, compatibilizando os usos e atividades nas propriedades, com as potencialidades e limitações do ecossistema local. O planejamento para o desenvolvimento de atividades turísticas é importante para a minimização dos impactos negativos aos recursos naturais florísticos e faunísticos, da mesma forma que contribui com a preservação do ambiente visitado.

Havendo a consonância dos diversos setores da sociedade, as atividades turísticas e os serviços a estas associados podem propiciar a melhoria na qualidade de vida tanto da comunidade, como dos turistas, tornando o ecoturismo um serviço sustentável dentro da economia do município.

REFERÊNCIAS

Boeira, G. Z. (2005). *Ferramentas gerenciais para pousadas rurais*. Monografia para o título de bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul. Vacaria, RS.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 11 de junho, 2014, de <http://www.planalto.gov.br>.

Delamaro, M. C; Tomasella Júnior, S; Brito, R. M. de & Gaspar, T. A. (2007). A dinâmica das políticas públicas do setor de turismo nos municípios do Cone Leste Paulista: reflexões sobre a dimensão político-institucional da sustentabilidade. *Caderno Virtual de Turismo*. V.7 (1). pp. 1677-6976.

Embratur. Instituto Brasileiro de Turismo. (1994). *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Grupo de Trabalho Interministerial MICT/MMA. Brasília, DF. Recuperado em 10 de abril, 2014, de

http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao20082009043710.pdf

Estados Unidos. (1979). *Environmental Protection Agency. Environmental assessment of construction grants projects*. Washington D. C.,.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. (2010). *Feedados: Dados anuais por Unidade Geográfica: São José dos Ausentes*. Recuperado em 12 de dezembro, 2013, de http://feedados.fee.tche.br/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_Anual

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Informações completas: São José dos Ausentes*. @Cidades. Recuperado em 10 de maio, 2014, de <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431862&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|sao-jose-dos-ausentes|censo-demografico-2010:-sinopse->

Instituto de Saneamento Ambiental. ISAM. (2010). *Plano Ambiental Municipal de São José dos Ausentes*. Universidade de Caxias do Sul. Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes. 263 p.

Lei Federal nº 11.771 (2008). Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Recuperado em 12 de março 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm

Lima Filho, D. O.; Maia, F.S.; Sproesser, R.L.; Goncalves, A.F.; Amaral, G.P.G. & Santos, A.M. (2004). O turismo rural e o pequeno agricultor. *Anais... XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*.

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2014A). *ECONOMIA DO TURISMO CRESCE NO BRASIL*. RECUPERADO EM 5 DE MAI 2014, DE HTTP://WWW.TURISMO.GOV.BR/TURISMO/NOTICIAS/TODAS_NOTICIAS/20140417-1.HTML

MINISTÉRIO DO TURISMO. (2014B). *ECOTURISMO*. RECUPERADO EM 5 DE MAI 2014, DE HTTP://WWW.TURISMO.GOV.BR/TURISMO/PROGRAMAS_ACOES/REGIONALIZACAO_TURISMO/ESTRUTURACAO_SEGMENTOS/ECOTURISMO.HTML

Missio, E. (2003). *Proposta conceitual de Zoneamento Ecológico-Econômico para o município de Frederico Westphalen, R.*. São Carlos, SP. Tese. Doutorado em Ciências. Recuperado em 21 de março 2013, de http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=40

PET-Geografia UFRGS. (2007). Turismo rural e ecoturismo em São José dos Ausentes, RS. *Para Onde!? Revisa eletrônica*. n. 11.

Prefeitura Municipal de São José dos Ausentes. Turismo – Pontos Turísticos. Recuperado em 2 de setembro, 2014, de <http://www.saojosedosausentes.rs.gov.br/>

Prochnow, M. (2005). *Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta*. Prochnow, M. (org.) Rio do Sul-SC: APREMAVI. Recuperado em 23 de junho 2014, de http://www.mma.gov.br/estruturas/pda/_arquivos/prj_mc_247_pub_liv_001_lic.pdf

Rio Grande do Sul. Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. Cânion Pico do Monte Negro em São José dos Ausentes. Imagem. Recuperado em 18 de março, 2015, de <http://www2.turismo.rs.gov.br/portal/imprimePag.php?q=galeria&cid=354&g=19>

Rota Campos de Cima da Serra. São José dos Ausentes. Imagem. Recuperado em 2 de setembro, 2014, de http://www.rotacamposdecimadaserra.com.br/cid_sjausentes/apresentacao.php?jumpMenu=o+que+voc%C3%AA+deseja%3F

Sheidt, J. P. Acervo fotográfico. Cascata do Perau Branco. Recuperado em 19 de março, 2014, de <http://www.panoramio.com/photo/49463432>

Visite Ausentes. Pico e Cânion Monte Negro. Recuperado em 2 de abril, 2014, de http://www.visiteausentes.com.br/site/canion_monte_negro

Recebido: 24 set 2014

1ª rodada de avaliação: out 14 – fev 15

Revisões pelos autores: fev-abr 15

Aceite: 04 jul 2015